

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento autoriza Iprev

Por 24 votos a 14, deputados aprovam em plenário o mais polêmico projeto do primeiro semestre

Jonas Lemos Campos



Com as galerias lotadas de servidores públicos, deputados debatem exaustivamente a proposta do Executivo, antes de submetê-la à votação

Páginas 6 e 7

Deputados prestam homenagem a Jorge Lacerda, ACIC e imigração japonesa

Carlos Kilian



Os 50 anos de morte do ex-governador Jorge Lacerda foram lembrados pela Assembléa Legislativa, em sessão solene dia 16. Na ocasião, foi lançado documentário sobre a trajetória do político, morto aos 43 anos vítima de acidente aéreo. No dia 12, os deputados destacaram os 50 anos da Associação Empresarial de Concórdia (ACIC) e no dia 18, o Parlamento comemorou o Dia Estadual da Imigração Japonesa.

Páginas 3 e 4

Pais defendem Cepon no tratamento do câncer infantil

Solon Soares



Em audiência pública promovida pela Comissão de Saúde, no dia 17, a Associação de Familiares e Amigos da Oncologia Pediátrica de Santa Catarina (Afaopsc) solicitou à Secretaria de Estado da Saúde que a administração do serviço de oncologia do Hospital Infantil seja entregue à Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon. A direção do hospital contestou denúncias dos pais contra a entidade.

Páginas 5

OPINIÃO

Lei Robin Hood em favor do desenvolvimento

O Congresso Nacional desenvolve um amplo debate sobre reforma fiscal com ramificações nos estados, pois está claro que o país precisa reestruturar a distribuição do bolo tributário para promover justiça social, criando oportunidades concretas ao desenvolvimento de regiões mais atrasadas, que careçam incentivos. Em Santa Catarina não é diferente, e o governo estadual vem tentando mudar a realidade de microrregiões e municípios mais atrasados com uma política eficiente de descentralização administrativa, que prioriza ações em favor do desenvolvimento econômico sustentável, promovendo oportunidades a quem precisa de mais incentivo.

Nosso Estado ocupa privilegiada posição no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo segundo colocado, atrás apenas do Distrito Federal.

Mas persiste um fosso entre o IDH dos municípios ricos, tais como Florianópolis (0,881) e Balneário Camboriú (0,868) e outros, e vários dos localizados em regiões como o Oeste, meio-Oeste, Planalto Norte e a Serra Catarinense. Basta o exemplo de Timbó Grande, cujo IDH é de 0,676, que o faz ocupar a posição 3312 do ranking, entre 5564 municípios brasileiros.

Não há dúvida que, passadas décadas da Guerra do Contestado, o meio-Oeste ainda sofre reflexos de um episódio histórico que estigmatizou a região, e por muito tempo causou sua estagnação, após um intenso e destrutivo ciclo extrativista. E entre as consequências destacam-se a falta de oportunidades de trabalho e a ausência do ensino superior gratuito de qualidade, o que estimulou várias gerações a partir rumo aos grandes centros, para estudar e trabalhar.

Por isso defendo a necessidade de investimentos públicos, especialmente na educação, e de políticas públicas que priorizem bandeiras de melhor distribuição do bolo dos tributos estaduais, onde se destaca a melhor partilha do retorno do ICMS como o caminho mais eficaz rumo ao equilíbrio do desenvolvimento catarinense.

Com a vitoriosa política de descentralização, o governo estadual tem promovido o desenvolvimento de todas as regiões. Mas diante de diferenças regionais ainda acentuadas torna-se necessária a criação de uma "lei Robin Hood", que tire um pouco dos municípios ricos para dar aos mais pobres, direcionando tais recursos para aplicação, por exemplo, em educação, saúde e saneamento básico.

Deputado Valdir Cobalchini (PMDB)

O PP e o Iprev: oposição responsável

Oposição com responsabilidade – este tem sido o norte de todas as ações da Bancada do PP, e foi assim, também, na análise e decisões em torno do PLC 0050.6/2007, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado, o projeto do Iprev. Desde o primeiro momento em que o projeto chegou à Alesc até sua votação final, o PP foi partícipe, jamais se omitindo e sempre procurando aperfeiçoar a matéria, sabidamente destinada à aprovação final, já que o Governo tem a maioria nesta Casa. Cumprindo rigorosamente as suas prerrogativas, o PP, discordando do texto original mas sabendo que o mesmo seria aprovado pelo bloco do Governo de qualquer maneira, procurou pelo menos aperfeiçoá-lo e torná-lo menos penoso aos servidores do Estado. Mas, infelizmente, não obteve êxito, posto que não recebeu tratamento adequado.

A Bancada do PP participou de todas as audiências públicas para

debater o projeto do Iprev, sempre alertando sobre as dificuldades e informando a opção do PP de não esmorecer na luta, tentando melhorar a proposta por meio de emendas. O encaminhamento de emendas foi uma clara demonstração do interesse da Bancada no assunto: do total de 79 emendas oferecidas ao texto da matéria, nada menos do que 48 eram do PP. O relator acatou 31 das 48 emendas e, infelizmente, deixou fora aquelas que o PP considera as mais importantes para aperfeiçoar o projeto. Todas, entretanto, primam pelo rigor técnico e pela preocupação de melhorar o texto, não se atendo ao viés político. As emendas do PP iam ao encontro dos interesses dos servidores e freavam aumentos de alíquotas que beneficiavam apenas ao Governo.

Além de não acolher as emendas mais expressivas, o trabalho do relator foi apresentado em três versões, em três oportunidades, com diferenças de uma para outra,

conforme constatou estudo da Consultoria Legislativa da Casa. A versão final, apresentada e aprovada por maioria dos votos em reunião conjunta de três comissões no último dia 10, traz uma novidade com a qual o PP jamais poderia concordar: o relator incluiu a emenda nº 91, que autoriza o Governador do Estado a indicar o presidente do Iprev para ocupar uma vaga no Conselho de Administração da autarquia, numa clara ingerência do Poder Executivo.

Na mesma reunião conjunta, por sua vez, ocorreu um episódio lamentável: o relator leu apenas parte do seu relatório e ignorou o voto de vista apresentado pelo PP ao projeto, sequer colocando-o ao conhecimento dos presentes.

Por essas razões, não restou ao PP outra saída a não ser retirar o seu apoio ao PLC 0050.6/2007, cômico do dever cumprido para com os servidores e com Santa Catarina.

Deputado Valmir Comin (PP)

[AGENDA]

• **Dia 23, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado

Local: Auditório da Unoesc – São Miguel do Oeste

• **Dia 23, 19 horas** - Exposição do artista plástico Betto Fausel

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 23, 19 horas** - Sessão solene pela passagem dos 42 anos de fundação da Universidade para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi)

Local: Sala Nobre Bertholdo Eger Unidavi - Rio do Sul

• **Dia 24, 10 horas** - Comissão de Saúde - Audiência pública "Relatório trimestral do SUS"

Local: Sala das Comissões

• **Dia 24, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado

Local: Salão de Atos da UnoChapécó – Chapécó

• **Dia 24, 18 horas** - Comissão de Finanças - Audiência pública para discutir a Reforma Tributária

Local: Salão de Atos da UnoChapécó – Chapécó

• **Dia 25, 18 horas** - Comissão de Finanças - Audiência pública para discutir a Reforma Tributária

Local: SC-445, Bairro Próspera - Criciúma

• **Dia 25, 18h30** - Reunião do Fórum Parlamentar do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Local: Sala das Comissões

• **Dia 26, 14 horas** - Comissão de Educação - Audiência pública "Ensino religioso no Sistema Estadual de Educação"

Local: Salão de Atos da UnoChapécó – Chapécó

• **Dia 26, 18 horas** - Comissão de Finanças - Audiência pública para discutir a Reforma Tributária

Local: Anfiteatro Caverna CAV-Udesc – Lages

• **Dia 26, 18 horas** - Lançamento do livro "As moças de Minas", de Luiz Manfredini

Local: Hall da Assembléia Legislativa

• **Dia 26, 19 horas** - Programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa com o rapper Gabriel, o Pensador, que fará a palestra "Comunicação, Poesia e Música"

Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 27, 14 horas** - Comissão de Saúde - Audiência pública "Viabilidade da construção de um hospital na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri)

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento presta homenagem ao ex-governador Jorge Lacerda

Sessão solene lembra os 50 anos da morte de político com pré-lançamento de documentário

Verlaine Silveira e Evelise Nunes

Numa das cerimônias mais concorridas do Legislativo estadual, foi realizada, dia 16, uma homenagem ao ex-governador Jorge Lacerda, na passagem dos 50 anos de sua morte. Solicitada pela Mesa da Assembléia Legislativa, a sessão solene teve a presença do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e de quatro ex-governadores: Co-

lombo Salles, Esperidião Amin, Casildo Maldaner e Paulo Afonso Vieira. Foi também ocasião para o pré-lançamento do documentário "Especial Jorge Lacerda", dirigido por Roberto Lacerda Westrupp, neto do ex-governador. Uma versão compactada em 25 minutos foi apresentada durante a sessão.

Após a abertura da cerimônia, com o coral do Legislativo cantando o Hino Nacional, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia

(DEM), fez uma saudação à família de Jorge Lacerda. Ele recordou o seu desaparecimento precoce, aos 44 anos, num acidente aéreo em que também morreram o ex-presidente da República e senador na época, Nereu Ramos, e o deputado federal catarinense Leoberto Leal. O desastre aconteceu numa região próxima a Curitiba, em 16 de junho de 1958.

O presidente da Casa lembrou ainda de Sidney Nocetti, jornalista que também foi vitimado

no acidente e cuja família esteve representada na sessão. "Não vou só reverenciar a memória dessas personalidades tão importantes, mas também o seu legado como políticos que muito contribuíram para o crescimento de Santa Catarina e para a construção da paz e da democracia", justificou. No final de seu discurso, Julio Garcia destacou que, além das ações e obras realizadas, o ex-governador deixou sua marca na história e no tempo por ser um humanista e, sobretudo, "por ter praticado, indiscriminadamente, o bem".

Imortalidade

O ex-secretário particular, desembargador Norberto Ungaretti, que era amigo do homenageado, frisou: "Ele encarou e fez política como a arte de fazer o bem." Para Ungaretti, o ex-governador teve uma breve, mas intensa e fecunda vida. E comentou que Jorge Lacerda "foi o principal fato novo que aconteceu na vida política catarinense até a década de 1950". Para o escritor Cesar Luiz Pasold, que elaborou a obra "Jorge Lacerda - Uma Vida muito Especial", o ex-governador tinha inúmeras qualidades e algumas delas eram as extraordinárias intelectualidade e cultura, desempenho político sem igual e capacidade de oratória como poucos.

O governador Luiz Henrique da

Silveira contou algumas conversas que teve com Ulisses Guimarães, nas quais eram destacadas a admiração que tinha pelo político Jorge Lacerda. O neto do homenageado, Roberto, foi o último a falar na cerimônia. Agradeceu em nome de toda a família, em especial de sua avó, dona Kyrana Atherino Lacerda, e fez uma homenagem a sua irmã, Simone Lacerda Westrupp, que morreu também em um acidente aéreo em 2007. "Foi uma das vítimas do caos aéreo brasileiro", comentou Roberto, lembrando ainda das 21 vítimas do acidente em que morreu seu avô e das sete pessoas que se salvaram, entre elas Vera e José Tavares de Iracema, que estavam na sessão solene.

Participaram da solenidade, além da esposa, as três filhas de Jorge Lacerda, Irene, Zoê e Cristina, netos e bisnetos do homenageado, os deputados Edison Andrino (PMDB), Gelson Merísio (DEM), Jorginho Mello (PSDB) e Professor Sérgio Grando (PPS), além do deputado licenciado Cesar Souza Júnior (DEM). Na mesa da sessão, presidida por Julio Garcia, estavam o desembargador Ungaretti, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, José Carlos Pacheco, o governador Luiz Henrique da Silveira, o presidente do Tribunal de Justiça, Francisco José de Oliveira Filho, a deputada federal Ângela Amin (PP) e Roberto Lacerda Westrupp.



Requerida pela Mesa da Casa Legislativa, homenagem reuniu governador, quatro ex-governadores e autoridades

Vida e obra

O documentário "Especial Jorge Lacerda", que será lançado em novembro, mostra a vida do ex-governador e as principais obras de seu governo, resgatando discursos, filmes em 35 mm da posse de Lacerda como deputado federal (1956), memórias de amigos, familiares, parceiros de trabalho e até adversários. Entre os personagens, estão Salim Miguel e Marcílio Medeiros, a viúva Kyrana, filhas e irmãos de Jorge Lacerda, o ex-governador Ivo Silveira e os jornalistas "imortais" Carlos Heitor Cony e Villas-Bôas Corrêa. Além da direção de Roberto Lacerda Westrupp, o filme tem Fernando Bond no roteiro. A edição é de Victor Acosta, produção de Victor Fabiano, trilha de Ricardo Fugii e Caio Muniz, câmeras de Érico Verícimo e Pepe dos Santos e co-produção da Set Cine TV e Mundo Imaginário.



Dona Kyrana Atherino Lacerda, viúva do ex-governador, recebe placa

Termelétrica de Capivari, uma das marcas administrativas

Eleito governador de Santa Catarina em 1956, pela coligação PRP/UDN, tem como marco a aproximação com a população, abrindo as portas do Palácio do Governo, todas as quintas-feiras, para receber o povo, sem hora marcada.

Entre suas principais obras, estão a criação da Sociedade Termelétrica de Capivari (Sotelca), hoje Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, da Tractebel Energia, a construção de 48 escolas no estado e o início das bases para a construção da Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade de Engenharia de Joinville.

Também foi responsável pela construção de 50 pontes e

10 estradas, como a conclusão da primeira estrada asfaltada estadual, entre os municípios de Blumenau e Itajaí, e reforma da estrada Dona Francisca, que liga a BR-101 a São Bento do Sul e ainda a construção do Fórum de Tubarão, da Coletoria de Joaçaba e do Edifício das Diretorias em Florianópolis.

Na área cultural, apoiou a gravação do primeiro longametrage catarinense "O Preço da Ilusão", de Armando Carreirão e Salim Miguel, integrantes do Grupo Sul.

Reformou o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), incorporando ao acervo obras de artistas de destaque nacional e até internacional.

INSTITUCIONAL

Sessão solene destaca 50 anos da ACIC

Parlamento reconhece trabalho da Associação Empresarial de Concórdia pelo desenvolvimento da região

Verlaine Silveira

Com o salão de festas da Sociedade Esportiva e Recreativa Sadia (SER Sadia) lotado, aconteceu no dia 12, em Concórdia, a sessão solene da Assembleia Legislativa para homenagear os 50 anos da Associação Empresarial de Concórdia (ACIC). A solenidade foi uma iniciativa do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), ex-prefeito da cidade, que também recebeu uma distinção do presidente da entidade, Moacir José Casagrande, com uma placa de agradecimento.

Sopelsa lembrou que a participação do município e da ACIC é muito forte no desenvolvimento da região. "Nada mais justo do que prestar esta homenagem". Disse que a sessão solene representa, acima de tudo, o reconhecimento da sociedade aos valiosos serviços prestados pelos empresários de Concórdia, com a participação de toda a população do município.

O deputado lembrou do tempo de infância, da distri-

buição do leite que fazia com o pai, do primeiro depósito de banana da cidade, que foi um grande acontecimento, "dos primeiros sorvetes fabricados pelo seu Liberal", para contar como foi o desenvolvimento de Concórdia.

Casagrande agradeceu a distinção da Assembleia Legislativa e de seu presidente, deputado Julio Garcia (DEM), além de Sopelsa. Lembrou que é a primeira vez que acontece uma solenidade prestada para todo o município. Em seu discurso, o atual presidente fez um relato sobre a história da ACIC, lembrando desde seu primeiro presidente, Jacob Biezus. Ele agradeceu em nome dos mais de 400 empresários associados.

Casagrande e o prefeito municipal, Neodi Saretta (PT), receberam placas comemorativas pela data. Também participaram o vice-prefeito, João Girardi (PT), o presidente da Câmara de Vereadores, Leocir Zanella, o ex-prefeito Luiz Susin Marini, e outras autoridades de Concórdia.



Requerida pelo deputado Moacir Sopelsa, solenidade resgata trajetória e força da associação empresarial

Um pouco da história da entidade

A ACIC foi fundada pelo empresário Jacob Biezus, proveniente de Erechim, no Rio Grande do Sul. A primeira diretoria teve pioneiros do comércio na região. Casagrande conta que as primeiras reuniões eram feitas

nas residências dos empresários, por não haver uma sede própria. A primeira sede foi numa sala oferecida pelo empresário José Chiuchetta, utilizada até ser construída a sede definitiva, na rua Anita Garibaldi, 104.

A ACIC foi fundada em 21 de junho de 1958 e teve neste ano de 2008 eleições para a escolha da nova diretoria. A posse é neste dia 20 de junho, quando assume a presidência o empresário Juliano Zandonai.

Centenário da imigração japonesa é comemorado na Assembleia

Rose Mary Paz Padilha

No dia em que o Brasil comemorou os 100 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao país, a Assembleia Legislativa realizou sessão solene, dia 18, marcando o Dia Estadual da Imigração Japonesa. A data foi instituída através de projeto de lei do deputado Jorginho Mello (PSDB), proponente da solenidade, transformado em lei. Os hinos do Japão e do Brasil marcaram a integração entre os dois países.

Uma placa com a transcrição da lei foi entregue pelo parlamentar a Fumio Honda, vice-presidente da Federação das Associações Nikkeis de Santa Catarina, entidade que representa os descendentes de japoneses. A homenagem é o reconhecimento dos 100 anos de lutas, conquistas e vitórias, influenciando a cultura e a economia do povo catarinense. Honda falou da emoção em comemorar o centenário e do entusiasmo dos japoneses que residem em terras catarinenses.

Em seu pronunciamento, Jorginho Mello lembrou das dificuldades dos primeiros imigrantes, suas lutas, perseverança e conquistas. "Se por um lado o Brasil ofereceu

aos japoneses a possibilidade de um recomeço e de um novo lar, os japoneses trouxeram sua cultura milenar, marcada pela honestidade, disciplina, determinação e trabalho".

Sobre a imigração em Santa Catarina destacou a contribuição dos imigrantes para a agricultura e fruticultura no estado e do esforço em manter vivas as tradições dos antepassados, como o bonsai, o kendô, o ikebana, a culinária, as danças. A apresentação do Shimadaiko - grupo de tambores

japoneses - da Associação Nipo-Catarinense mostrou ao público uma das tradições daquele país.

Trajetória

O vice-presidente da Associação Nipo-Catarinense, Edgard Usuy, fez retrospectiva do centenário da imigração japonesa. "Trabalhadores, honestos, perseverantes, estudiosos e pacientes foram vencendo as dificuldades e conquistando aos poucos a confiança do povo brasileiro", salientou. Em nome do

governo do Estado, o secretário de Agricultura, Antônio Ceron, destacou a importância dos convênios da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) firmados de 1974 a 2001 com a Agência de Cooperação Internacional do Japão, que permitiram grandes avanços nas pesquisas para a produção de maçãs.

Num depoimento marcante, traduzido por um intérprete, Kazummi Ogawa lembrou a guerra e a destruição de Hiroshima e Nagasaki.

Os homenageados

• **Kazummi Ogawa**, um dos pioneiros do município de Frei Rogério, sobrevivente das explosões atômicas que destruíram Hiroshima e Nagasaki, no Japão, em 1945. Fundou o Parque Sino da Paz, localizado em Frei Rogério, conhecido como centro de irradiação da paz no Brasil.

• **Toshihiko Mochizuki**, pioneiro do plantio de alho da região de Caçador.

• **Takeshi Hosoi**, pioneiro da região de São Joaquim.

• **Francisco Hoeltgebaum**, engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, atuou como administrador do núcleo tritícola de Curitiba e contribuiu para a formação da comunidade daquela região.

• **Yukio Otaki** (in memoriam), responsável pelo desenvolvimento da produção de batatas e da fruticultura no planalto catarinense.

• **Wanderley Agostini (DEM)**, prefeito de Curitiba, por seu apoio às atividades desenvolvidas pela comunidade japonesa.

• **Carlos Cazuma Nose**, que contribuiu para a formação da comunidade japonesa em Caçador.

- **Atsushi Tsutsui**, pioneiro da região de Joinville.



Grupo de tambores japoneses da Associação Nipo-Catarinense mostra uma das tradições daquele país

COMISSÕES

Associação de Pais pede mudanças no tratamento do câncer infantil

Comissão de Saúde promove audiência pública para debater tratamento oferecido pelo Hospital Infantil Joana de Gusmão

Rose Mary Paz Padilha

Polêmica e divergência marcaram a audiência pública da Comissão de Saúde dia 17, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, que debateu os serviços de oncologia no Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis. Durante quatro horas de encontro, sob a coordenação do deputado Jailson Lima (PT) e a presença dos deputados Serafim Venzon (PSDB) e Ivan Naatz (PV), vários pais, cujos filhos tiveram ou têm câncer, relataram casos de ineficiência no atendimento, de profissionais não qualificados e de diagnósticos errados que, segundo

eles, foram cometidos pelo serviço de oncologia da instituição.

O diretor do Hospital Infantil, Maurício Silva, admitiu que são necessários investimentos em espaço físico e adiantou que existem projetos para a construção de um módulo específico. "Ainda assim, podemos garantir que somos referência no tratamento do câncer infantil. Prova disso está na baixa taxa de mortalidade, de 1,8%." Cláudio Fontes, presidente da Associação Fahece/Cepon, disse que sua filha, que morreu aos 18 anos, foi tratada no Hospital Infantil como portadora de leucemia e, na verdade, o que ela tinha era retrocolite. Outro pai,

Nilmar Kosb, contou que o filho, hoje com 4 anos, internado há mais de um ano no Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, perdeu a mão direita aos 3 anos em consequência de uma infecção que não foi tratada a tempo. Ele está processando judicialmente o hospital.

Diante de fatos como esses, a Associação de Familiares e Amigos da Oncologia Pediátrica de Santa Catarina (Afaopsc), representada por sua presidente, Terezinha Pedrozo, solicitou à Secretaria de Estado da Saúde que a administração do serviço de oncologia do Hospital Infantil seja entregue à Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon.

Solon Soares



Na reunião comandada pelo deputado Jailson Lima, pais pedem que Cepon assuma tratamento de crianças

Direção de hospital contesta declarações

O diretor do serviço de Oncohematologia do Hospital Infantil, Lincoln Freire, contestou as declarações da Associação, alegando que os serviços lá prestados são referência no Estado. Por outro lado, a médica oncologista e conselheira técnica do Hospital, Sahlua Miguel Volc, afirmou que a forma como o hospital classifica os casos de câncer é diferente de outros hospitais do país e que muitos pacientes catarinenses são obrigados a buscar tratamento nos estados vizinhos. "É uma vergonha para Santa Catarina que o Hospital de Clínicas de Porto Alegre atenda pacientes dos dois estados - Rio Grande do Sul e Santa Catarina", criticou.

O médico Marcos Rótolo, do Cepon, alertou diagnóstico tardio da doença. Segundo ele, ainda em 2008, surgiram 18 mil novos casos de câncer - 7 mil de pele e 11 mil de outros tipos. "É um problema de saúde pública e em Santa Catarina há diagnóstico tardio do câncer", afirmou Rótolo. Disse ainda que é preferível o estado ter menos centros de atendimento aos portadores de câncer, mas que sejam bem qualificados. "É preciso ter uma equipe médica que faça duas

avaliações por dia em cada criança, pois um caso de leucemia pela manhã pode se agravar à noite", alertou o médico.

Recursos

O representante do Ministério Público Estadual, promotor Thiago de Oliveira, declarou que o maior problema é a falta de recursos. "É preciso que se deixe de priorizar a propaganda institucional e que se priorizem recursos para o setor. Que no debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento do Estado se discuta isso", sugeriu. O promotor falou também da necessidade de atendimento psiquiátrico infantil em Santa Catarina, hoje inexistente no Joana de Gusmão.

O deputado Jailson Lima destacou a necessidade de unificar ações e intervenções, visando qualidade na saúde do estado. Ao final da audiência, foi elaborado um documento, assinado por todas as entidades presentes ao encontro, que será encaminhado ao relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Renato Hinnig (PMDB), para que o governo do Estado amplie recursos e invista em melhorias no setor de oncologia.

Terceirização da alimentação escolar em xeque

Andreza de Souza

O pedido de cancelamento definitivo da terceirização da compra da alimentação escolar e da contratação para a função de merendeira foi o destaque dos encaminhamentos da audiência pública dia 16, na Assembléia Legislativa. O encontro, que debateu a alimentação fornecida nas escolas de Santa Catarina, foi requerido pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT) e promovido pela Comissão de Educação da Casa.

A audiência pediu também o envio de moção ao governo estadual de apoio ao projeto que propõe que 50% da merenda escolar

seja oriunda da agricultura familiar. Também o envio de documento ao governo federal solicitando a aprovação do PL nº 2.877, para viabilizar o fornecimento da alimentação também para alunos do ensino médio. Solicitou a continuidade e ampliação dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e que o repasse dos recursos públicos federais para os estados sejam condicionados ao índice de compra de produtos em pequenas propriedades familiares, bem como da maricultura e da piscicultura artesanais. Foi requerida ainda a criação de cargos de nutricionista; e criação do plano de cargos e salários de carreira para servidores

e merendeiras.

Para o vice-coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), professor Antônio Valmor de Campos, a terceirização da alimentação escolar afeta não só a relação dos alunos com as merendeiras, mas, sobretudo, a qualidade nutricional dos alimentos. Segundo ele, o sindicato entende que dever do Estado prestar um bom serviço na educação já que, com a privatização da alimentação escolar, o governo transfere responsabilidades. "Quem quer fazer terceirização não gosta e não precisa da escola pública, porque quem valoriza defende serviço público de qualidade."

Governo defende projeto alegando melhora de qualidade

Representando o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer, a diretora de Apoio ao Estudante, Rogéria Diegoli, saiu em defesa do governo estadual e do projeto para a terceirização da alimentação escolar no estado, assegurando que a medida melhora a qualidade dos serviços, já que o cardápio será organizado por 100 nutricionistas, conforme o edital. Em relação às merendeiras, Rogéria afirmou que as profissionais não serão prejudicadas, pois as empresas terão que recontratá-las com todos os seus direitos. "Em nenhum momento queremos prejudicar a educação e

a saúde dos nossos alunos", disse. A diretora também afirmou que o edital contempla os pequenos produtores com a aquisição de 30% de tudo o que é utilizado na alimentação escolar.

O coordenador estadual da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Alexandre Bergamin, afirmou que é difícil para quem produz ver o governo deixar de fazer o seu papel em relação às políticas públicas para o desenvolvimento do estado. Ele defendeu o incentivo na produção de alimentos através da agricultura familiar.

INSTITUCIONAL

Plenário aprova projeto do Iprev

Por 24 votos a 14, Legislativo autoriza projeto de lei complementar, de autoria do Executivo, que reestrutura sistema previdenciário dos servidores do Estado de Santa Catarina

Rodrigo Viegas

Apesar da oposição protagonizada na sessão ordinária do dia 17, na Assembléia Legislativa, foi a base de sustentação ao governo que saiu vitoriosa na votação do Projeto de Lei Complementar nº 50/07, encaminhado pelo Executivo e que reestrutura o sistema previdenciário com a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (Iprev). A aprovação, por 24 votos a 14, se deu em meio a uma forte manifestação da categoria, com cerca de 1.500 presentes, e a necessidade de um esquema de segurança que mobilizou mais de 100 policiais, entre membros do Corpo da Guarda da Casa e integrantes do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar.

Os pronunciamentos da oposição, contrária à matéria, miraram criticar a implantação de dois fundos, um financeiro, para os atuais funcionários públicos, com contribuição de 22% do Estado e 11% do trabalhador; e outro, Previdenciário, com contribuições

iguais de 11% para cada ente. Os argumentos mais recorrentes foram a retirada de direitos adquiridos pelos servidores e a responsabilidade de gestão dos fundos. Em contrapartida, a base de sustentação, que se manifestou uma única vez após a votação em primeiro turno, justificou a proposta como uma necessidade de adequação para ter acesso ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), imposição de Lei Federal, além da medida ser emergencial para sanar o déficit mensal de R\$ 80 milhões da previdência.

Emendas

Na tramitação do PLC foram apresentadas 79 emendas parlamentares, das quais 48 foram aceitas e se juntaram às 12 emendas do relator da matéria e líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), somando 60 emendas acatadas. Foram realizadas nove audiências públicas pelo estado para discutir e aperfeiçoar o projeto.

Os progressistas e petistas, aliados ao pedetista Sargento Amauri Soares, tiveram os discursos mais contundentes. O deputado Ivan Naatz (PV), que compõe a bancada progressista, comunicou que investigou o presidente do Instituto Previdenciário do Estado (Ipsc), Demetrius Ubiratan Hintz. "O atual presidente foi condenado por improbidade administrativa em 1997 e ficou impedido de ocupar função no serviço público por dois anos", anunciou. Naatz criticou a emenda 91 do PLC, que permite ao governador indicar o presidente do instituto a ocupar uma das vagas do Conselho Administrativo do Iprev.

O deputado Jaime Pasqualini (PP) criticou o fato de seu partido não ter emendas acatadas. Pediu a retirada da proposta para que fosse ampliada a discussão. Durante seu pronunciamento, uma invasão das galerias lotadas paralisou a sessão. O tumulto entre manifestantes e policiais feriu o policial Marcelo Dutra, que teve rompimento de um tendão na panturrilha.

Oposição condena proposta

Durante a primeira votação da matéria, no horário destinado aos partidos políticos. PMDB, PSDB e DEM abdicaram do direito de se pronunciar, gerando desconforto na oposição. Os deputados Jaime Pasqualini e Altair Silva (PP) criticaram a postura. Silva provocou: "Por que a base não vem defender a proposta e dizer que o projeto é bom?"

Teoricamente membro da base do governo, mas votando contra a proposta do Executivo, o deputado Sargento Soares fez um retrospecto de "um debate que não é novo". Lembrou as votações na Câmara dos Deputados das emendas constitucionais nº 20, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1998), e nº 40, durante o governo Lula (2003). "Nas duas oportunidades foram retirados direitos adquiridos pelos trabalhadores. Esta é uma forma do capitalismo conseguir uma sobrevida, já que os monopólios não têm outra maneira de resolver seus problemas. Este PLC nº 50 comete os mesmos erros. Retira a integridade da aposentadoria e o direito de isonomia da categoria, além de onerar os próximos governos." Soares também criticou a utilização do mercado financeiro para gerir um dos dois fundos a serem criados.

O PT rechaçou o argumento do governo da necessidade de adequação à Lei Federal. O deputado Dirceu Dresch afirmou que "a lei veda mais de um regime previdenciário e aqui estão sendo criados dois". Por sua vez, a deputada Ana Paula Lima acusou os projetos do Executivo encaminhados ao Parlamento de "retirarem direitos, quebrarem acordos, ferirem a isonomia e impedirem a instalação de uma política salarial". Ana Paula provocou os históricos do PMDB, "que estão sendo obrigados a sujar sua biografia" e frisou que "o governador está mandando neste Poder". Crítica contundente também partiu do deputado Décio Góes, que salientou que "o governo vem utilizando a mídia, que não dá espaço para oposição".

Críticas

Mas foi o líder da bancada petista, deputado Pedro Uczai, que enumerou as principais críticas. "Esta matéria é inconstitucional porque não atende o Certificado de Regularidade Previdenciária, quebra a isonomia ao criar dois fundos, abre a possibilidade de aumento de alíquota para o servidor

e transfere títulos do Ipsc para o Iprev", concluiu.

Após a aprovação da matéria pelo placar de 24 a 14, a base de sustentação teve a primeira e única manifestação. Nadal disse que evitou se pronunciar anteriormente para não exaltar ainda mais os ânimos dos manifestantes. De acordo com Nadal, "o projeto é importante para a população e para o servidor público. Vai nos proporcionar fazer frente ao pagamento dos aposentados e pensionistas, evitando que aconteça o mesmo que no Rio Grande do Sul, que tem 70% de seus recursos vinculados ao pagamento de servidores e apenas 30% para atender a população. Este é um projeto de Estado e não de governo, além de inserir o Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público". Por conta de requerimento subscrito por mais de 1/10 dos parlamentares, a matéria foi votada em segundo turno e redação final, com as respectivas aprovações. Apenas dois deputados não votaram: o presidente da Casa, Julio Garcia (DEM), que seria o voto de desempate, caso acontecesse, e o deputado Clésio Salvaro (PSDB), que está em viagem a Brasília. (RV)



Com intensa manifestação de servidores, que lotaram as galerias do Plenário Osni Régis, deputados da oposição e da base governista travam duelo em torno da matéria



Com faixas contrárias à mudança na previdência, servidores acompanharam a votação final do projeto

Joinville debate reforma tributária

Tatiani Magalhães

Com o objetivo de debater e acompanhar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/08, que altera o Sistema Tributário Nacional e está em tramitação na Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa realizou dia 16, na Univille, em Joinville, uma audiência pública que reuniu parlamentares, empresários e políticos. Na condição de presidente da Subcomissão da Reforma Tributária no parlamento, o deputado Renato Hinnig (PMDB) salientou que para realizar um trabalho amplo, que proporcione à sociedade o conhecimento da proposta, a Comissão de Finanças e Tributação da Casa autorizou seis audiências nas principais cidades catarinenses: Joinville, Lages, Florianópolis, Criciúma, Chapecó e Mafra. Ainda há a possibilidade de mais uma audiência, a ser realizada em Blumenau.

No encontro, segmentos comercial, industrial e de serviços, além de entidades representativas do meio empresarial, trocaram idéia para traçar uma radiografia da realidade tributária e as condições que devem ser observadas na proposta em tramitação no Congresso

Nacional.

O esforço é para que Santa Catarina não tenha perdas na arrecadação de tributos. Hinnig disse que, com a alteração do Sistema Tributário Nacional, "o principal imposto do Estado será federalizado e a União ficará com 93,2% de toda a arrecadação".

Mudanças

Hinnig mencionou que os debates servem de estímulo para que a sociedade participe dos trabalhos e contribuam com sugestões, mostrando o verdadeiro teor do projeto que está na Câmara e abrindo, assim, oportunidade para possíveis mudanças vindas da população.

"Após as sugestões serem apresentadas, encaminharemos à comissão da Reforma tributária na Câmara, que tem até o dia 15 de julho pra concluir seu relatório", frisou.

O parlamentar destacou que a proposta traz alguns avanços, mas também muitos pontos que geram preocupações.

"Analisando bem a proposta, observamos também que poderá ter aumento de carga tributária com a extinção do PIS, Cofins, entre outros. "A sociedade não aguenta mais aumento de carga tributária no país", desabafou.

Servidores descontentes

Os servidores públicos do Estado presentes na Assembléia Legislativa para acompanhar a votação do Iprev demonstraram seu descontentamento com o projeto. Representantes de sindicatos afirmaram que o Projeto de Lei Complementar nº 50/07 não respeita a Constituição Federal. Eles reclamaram que a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária, exigência do governo federal, não seria atendida pelo projeto.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Santa Catarina (Sintespe), Mario Antonio da Silva, a criação do Fundo de Pensão e Aposentadoria para todos os servidores do Estado significa o fim da solidariedade entre gerações. "O fim da paridade entre servidores ativos e aposentados é um dos grandes problemas do projeto. Sem contar que a aposentadoria integral não existirá para os novos servidores contratados a partir da implantação da lei", disse. Outro ponto levantado é que o novo regime tira do Tesouro do Estado a responsabilidade pelo pagamento

da folha dos aposentados.

Representantes do Sindicato do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjus) também manifestaram sua contrariedade ao projeto. O presidente da instituição, Alessandro Pickcius, afirmou que o PLC tira direitos dos servidores. "Qualquer reposição feita aos servidores públicos a partir da aprovação do projeto vai excluir os aposentados. O governo quer acabar com o aposentado."

A criação dos Fundos Previdenciário e Financeiro também preocupa Alessandro. "Ao separar os servidores em dois grupos, "novos" e "velhos", o governo vai quebrar a solidariedade entre gerações. Ao criar um fundo para os atuais servidores sem qualquer aporte de recursos, nem nós trabalhadores, nem o governo, teremos certeza quanto ao futuro pagamento de nossas aposentadorias", completou. A presidente do Sindsaúde, Edileuza Garcia Fortuna, também falou que a criação dos dois Fundos é o ponto a ser questionado no projeto. (Graziela May Pereira)



Presidente da subcomissão da reforma, Hinnig comanda trabalhos

Curso de Cerimonial em Chapecó

No dia 19 foi realizado na sede da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc), em Chapecó, o curso "Cerimonial Público e Empresarial, Protocolo e Ordem de Precedência", ministrado pelas servidoras da Assembléia Legislativa Rosana Brasca Cajuella, coordenadora de eventos, e Ilka Fretta Lacerda, gerente de Cerimonial.

O curso foi ministrado a servidores das prefeituras e das câma-

ras municipais da região da Amosc, e teve também a participação de representante do município gaúcho de Itatiba do Sul. O objetivo é capacitar profissionais com conhecimento em cerimonial público e ordem de precedência para atuar na organização de eventos públicos e privados.

A iniciativa é da Amosc, por sugestão da Associação Catarinense de Imprensa e parceria do Legislativo Estadual.

ORÇAMENTO

Fotos: Solon Soares



Deputado Silvio Dreveck alerta para importância da participação da população nas audiências públicas e ressalta necessidade de se avançar rumo a um orçamento exequível

Grande Florianópolis destaca saneamento

Reforma da Ponte Hercílio Luz e investimentos nas escolas da rede pública também são priorizadas

Graziela May Pereira

Saneamento básico, segurança pública e o trânsito de Florianópolis continuam sendo os pontos mais debatidos na audiência pública do Orçamento Regionalizado (OR) da Grande Florianópolis. O fato de Santa Catarina ser o penúltimo estado brasileiro em relação a saneamento básico preocupou muitos

parlamentares que participaram da reunião dia 18, no auditório da Assembléia Legislativa, em Florianópolis. No início dos trabalhos, o presidente da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello (PSDB), falou sobre a forma democrática com que o orçamento catarinense é elaborado. "O orçamento é um processo pedagógico, porque quanto mais se conhece mais se

sabe que temos que aprender a priorizar questões."

A participação efetiva da comunidade nas audiências do Orçamento Regionalizado foi mencionada pelo deputado Silvio Dreveck (PP) como primordial para a sua execução. "Nós devemos avançar num orçamento regionalizado exequível, pois pouco é executado. Não podemos criar uma falta de

expectativa na comunidade", completou.

Concordando com o líder do PP, o deputado Pedro Uczai (PT) pediu que as ações escolhidas nas reuniões do OR sejam cumpridas. "Se as prioridades escolhidas não forem executadas, vamos perder a credibilidade com a sociedade. É preciso que o governo estadual se dedique ao que propõe."

O deputado Edison Andrino (PMDB), ex-prefeito da Capital, afirmou que o OR nada mais é do que a discussão de um orçamento participativo. "Temos que priorizar o que mais necessitamos para que saia daqui aquilo que realmente seja o mais importante para a nossa região". Ele foi um dos que citou o saneamento básico como principal questão a ser debatida.

Violência e trânsito desafiam municípios

Os problemas da violência e do trânsito nos municípios da Grande Florianópolis também foram destacados na audiência pública. Segundo o deputado Ismael dos Santos (DEM), um governo de sucesso deve ter visão, determinação e prioridades para solucionar questões como estas. "O governo tem que, efetivamente, saber o que é melhor para a sociedade. Só com isso vamos conseguir que haja uma multiplicação dos recursos para essas realizações", disse.

O deputado José Natal Pereira (PSDB) enfatizou que é preciso pensar na região em geral e não

numa cidade apenas. "Nós que vivemos aqui temos que pensar num contexto onde toda a região é beneficiada. Praticamente todos os municípios sofrem do mesmo mal, como saneamento básico, violência e um trânsito caótico."

O problema do trânsito também foi considerado pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT) como um dos grandes desafios a ser resolvido na Grande Florianópolis. "Temos que garantir o direito de ir e vir para todos e a gente percebe que, às vezes, esse direito não é respeitado aqui. Temos que pensar um projeto em longo prazo para que se resolva isso."

De acordo com o deputado Professor Sérgio Grando (PPS), é preciso se pensar numa região metropolitana. "Sou a favor de pensarmos na volta desta forma de administração para resolver o transporte. A questão do lixo foi resolvida na época da região metropolitana", falou. O representante da bancada do governo, deputado Renato Hinnig (PMDB), afirmou que, de acordo com a receita, na prática, o governo tem para investir R\$ 0,04 de cada R\$ 1,00 arrecadado. "Essa peça tão importante traz expectativas maiores para que as prioridades possam ser cumpridas."

Secretário estuda alternativas

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, o secretário Valter Gallina frisou que as audiências públicas do OR aumentam a responsabilidade do Executivo a cada ano que passa. "O governo nos solicitou que estudássemos novas alternativas para o trânsito da região. Dessa forma, acredito ser a questão mais importante hoje. Temos que tomar providências urgentes para esse problema."

Gallina ainda disse que a região é ávida por ações. "Temos muitos problemas para resolver, mas questões debatidas no ano

passado foram sanadas como a pavimentação asfáltica do acesso ao município de Anitápolis e a melhoria do saneamento básico em diversas localidades", completou.

A quinta audiência pública do OR teve como objetivo prestar contas das obras realizadas em 2008 e definir as prioridades a serem incluídas no orçamento de 2009.

A meta das nove audiências realizadas em todo o estado é eleger 12 demandas para o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, sendo que três delas farão parte do Orçamento Estadual de 2009.

Confira

Prioridades da regional da Grande Florianópolis

- Construção, reforma e ampliação das escolas da rede pública estadual com projetos de acessibilidade
- Reforma da Ponte Hercílio Luz
- Implantação do sistema, coleta e

tratamento do sistema de esgoto

Audiência de 2007

- Construção de equipamentos turísticos e infra-estrutura turística nos municípios
- Implantação e construção de

sistemas de transporte metropolitano, com a construção da rodoviária

- Apoio a projetos de recuperação de áreas degradadas, proteção dos mananciais e ecossistemas e saneamento rural da Grande Florianópolis



ORÇAMENTO

Joinville e região elegem prioridades

Quatro municípios destacam investimentos em infra-estrutura como maiores demandas para 2009

Tatiani Magalhães

Com a maior bancada do Parlamento presente nas atividades do Orçamento Regionalizado (OR), Joinville realizou, dia 16, a quarta audiência pública para prestar contas das obras realizadas em 2008 e definir as prioridades a serem incluídas no Orçamento de 2009. A infra-estrutura, mais uma vez, foi a mais reivindicada. A meta das nove audiências é eleger 12 demandas para o Plano Plurianual (PPA) 2008-2009. Três delas farão parte do Orçamento Estadual de 2009.

Cerca de 130 pessoas pertencentes às regionais de Joinville, Canoinhas, Jaraguá do Sul e Mafra se reuniram no Anfiteatro II, da

Univille para debater e escolher as obras e ações nas áreas da educação, saúde, segurança pública e infra-estrutura. A partir de um trabalho dinâmico, os grupos, divididos por regionais, se reuniram individualmente para definir e apresentar à mesa suas emergências. Participaram da audiência os deputados Jorginho Mello, José Natal Pereira e Nilson Gonçalves, do PSDB, Antônio Aguiar, Renato Hinnig e Carlos Chiodini, do PMDB, Sargento Amauri Soares (PDT), Silvio Dreveck e Kennedy Nunes (PP), Ismael dos Santos (DEM), Ivan Natz (PV), o ex-deputado Lício Mauro da Silveira, coordenador do OR, e o deputado federal Carlito Merss (PT/SC).



Cerca de 130 pessoas acompanharam a reunião realizada no Anfiteatro II da Univille, em Joinville

Jorginho alerta para investimentos em bolsas de estudo

Na condição de presidente da Comissão de Finanças, o deputado Jorginho Mello explicou que entre as audiências públicas realizadas é possível observar prioridades em comum. "Vimos uma receptividade da sociedade com relação às atividades do Orçamento. A população acredita no que está sendo definido. Essa credibilidade é fruto das 12 demandas do PPA e as três prioridades do OR", lembrou.

Jorginho comentou que, para o próximo ano, pretende priorizar a educação, uma vez que a procura pelo ensino superior vem crescendo a cada ano. "As bolsas do artigo 170 e 171 não vêm suprimindo a grande demanda. Mesmo com esse cuidado maior, a saúde e as obras de asfaltamento permanecerão na pauta", frisou.

O deputado Antônio Aguiar defendeu a viabilização das obras de infra-estrutura para o Planalto Norte. "A vinda do frigorífico Aurora para o município de Canoinhas vai gerar cerca de 3 mil empregos diretos, além do incremento na economia para região. Porém o governo precisa disponibilizar recursos para a infra-estrutura", lembrou.

Entre outros pontos importantes, Aguiar acrescentou que a construção de um centro de eventos para o incentivo à cultura é necessária no Planalto Norte.

Na visão do deputado Natal, o governo do Estado precisa desenvolver mecanismos para gerar empregos. Ele se declarou disponível para debater as prioridades que estão sendo definidas, uma vez que o parlamentar vem acompanhando todas as audiências.

Na oportunidade, o deputado Carlos Chiodini (PMDB) defendeu a ampliação do presídio de Jaraguá do Sul. "Esta é uma prioridade que buscamos alcançar aqui no Orçamento", observou.

Resgate

Entre os pronunciamentos, o deputado federal Carlito Merss (PT), autor do projeto de lei que criou o OR quando era deputado estadual, comentou que esta prática leva à sociedade catarinense o direito de conhecer os valores e as obras a serem realizadas após definidas como prioridades. "Santa Catarina é o único estado da federação que possui essa ferramenta, que inclui um processo legislativo e executivo", comemorou o parlamentar.



Público participa das discussões para definir investimentos para a região norte no Orçamento de 2009

Confira

Prioridades para regional de Joinville

- Obras emergenciais, construção, ampliação e reforma do ensino fundamental.
- Construção da unidade da Secretaria de Segurança Pública.
- Apoio ao sistema viário urbano.

Audiência de 2007

- Apoio aos municípios na área da saúde para unidades de atendimento e equipamento.
- Construção de centro educacional regional para adolescentes em conflitos com a lei.
- Implantação da rede coletora de tratamento final de esgoto.

Prioridades da Regional de Canoinhas

- Recuperação do Hospital Santa Cruz de Canoinhas.
- Apoio ao sistema viário rural.
- Construção subestação distribuição.

Audiência de 2007

- Construção de duas policlínicas
- Conservação de rodovias
- Apoio ao sistema viário municipal.

Prioridades da Regional de Jaraguá do Sul

- Obras emergenciais de construção, ampliação e reforma para o ensino médio.
- Obras emergenciais para o ensino fundamental.
- Construção do Centro Administrativo Regional

Audiência de 2007

- Construção, ampliação e reforma do ensino médio.
- Tratamento da rede coletora e destino final do esgoto sanitário.
- Mobiliário e equipamento, implantar Hospital Regional atendimento de urgência.

Prioridades da Regional de Mafra

- Fomento à implantação de pequenas agroindústrias no meio rural, Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR).
- Apoio ao sistema viário rural.
- Ações para implantar o Plano de Desenvolvimento Regional.

Audiência de 2007

- Unidades de moradias isoladas
- Atendimento ao transporte escolar
- Restauração do patrimônio histórico e cultural

ORÇAMENTO

Audiência de Tubarão prioriza conclusão da Rodovia Interpraias

Criciúma quer que seja implantada rede coletora, sistema de tratamento e dado destino final ao esgoto sanitário

Denise Arruda Bortolon

Obras de infra-estrutura, entre elas a conclusão da Rodovia Interpraias, foram escolhidas pelas regionais de Laguna, Tubarão, Braço do Norte, Criciúma e Araranguá para o Orçamento 2009. A audiência pública que debateu as prioridades da região, foi realizada dia 13, no auditório D, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em Tubarão. O evento é uma parceria da Assembléia Legislativa, por intermédio da Comissão de Finanças e Tributação, e do governo do Estado.

Na abertura da reunião, o pre-

sidente da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello (PSDB), esclareceu que as audiências públicas servem para aperfeiçoar o debate em todo o estado. "Às vezes a administração pública passa a impressão que tem dinheiro sobrando para realizar todas as obras e só não faz porque não quer. Sabemos que isso não é possível e é aí que as audiências se encaixam com muita importância", acrescentou.

O deputado Ismael dos Santos (DEM) destacou a importância do público. "A legitimidade reside na opinião e na vontade pública e é nisto que eu acredito. Por isso, a audiência é importante, porque dá



Fotos Solon Soares

População investimentos em Laguna, Tubarão, Braço do Norte, Criciúma e Araranguá



Deputado Manoel Mota defende obras de infra-estrutura para região Sul

voz e vez ao cidadão", considerou.

A sugestão do líder do PMDB, deputado Manoel Mota, é de que a sociedade continue reivindicando obras de infra-estrutura para toda a região Sul do estado, e não somente obras fundamentais para cada microrregião. "A rodovia Interpraias tem que continuar no Orçamento, bem como o Hospital Regional de Araranguá, o Aeroporto Regional de Jaguaruna

e o Porto de Imbituba", citou.

Demandas

Conforme o líder do PPS, deputado Professor Sérgio Grand, governar é estabelecer prioridades determinadas pela demanda ou por técnicos reunidos em gabinetes. "Governar é estar atento a estas demandas. Se precisamos de mais escolas e não as construímos esta-

mos aumentando a crise e é isto o que muitas vezes acontece", ressaltou. Os secretários regionais de Tubarão, Laguna e Braço do Norte, César Damiani, Luiz Felipe Remor e Gelson Padilha, respectivamente, também defendem prioridades de interesse regional. "Gostaria que a reunião tivesse resultado positivo e que as três prioridades de todas as regionais entrassem no orçamento", defendeu Damiani.

Confira

Prioridades para a regional de Criciúma

- Implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.
- Implantação da Rede Estadual de Atenção à Saúde do Trabalhador.
- Manutenção rotineira de rodovias.

Audiência de 2007

- Incentivo às ações e serviços de atenção básica, média e alta complexidade hospitalar, inclusive com construção e equipamentos.
- Conclusão do anel viário de Criciúma.
- Construção, ampliação e reforma do ensino básico – 5,24% das obras foram realizadas até o mês de abril deste ano.

Prioridades da regional de Tubarão

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Pedras Grandes a Orleans.
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão da rodovia Interpraias no trecho compreendido entre Laguna e Passo de Torres.
- Implantação, auxílio e manutenção de setores de emergência dos pronto-socorros e Unidades de Terapia Intensiva (UTI) nos hospitais filantrópicos.

Audiência de 2007

- Construção, ampliação e reforma do ensino médio.
- Auxílio a entidades municipais e privadas sem fins lucrativos de assistência a saúde conveniadas com o SUS.
- Construção do presídio regional no município de Tubarão.

Prioridades da regional de Araranguá

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão da Rodovia Interpraias, trecho entre Laguna e Passo de Torres.
- Construção da Barragem do Rio do Salto.
- Implantação da rede de distribuição residencial e comercial da região Sul.
- Manutenção do convênio de atenção na média e alta complexidade hospitalar.
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre Jacinto Machado e Praia Grande.
- Pavimentação asfáltica de Santa Rosa do Sul à Escola Agrotécnica Federal.

Audiência de 2007

- Rodovia Interpraias (Rodovia turística que integrará a região Sul).
- Ampliação da rede de distribuição do gás natural.

- Barragem Areia Branca (Rio do Salto).

Prioridades da regional de Laguna

- Descentralização financeira NEP (Núcleo de Ensino Profissional) ou Cedup.
- Apoio ao sistema viário rural.
- Ações para implantação do Plano de Desenvolvimento Regional.

Audiência de 2007

- Alargamento, ensaibramento e conservação da rodovia SC-407, ligando Aratingauba/São Luiz – Serra de Deus Albertina.
- Pavimentação asfáltica da rodovia SC-437 trecho BR-101 início no KM 37 até Imaruí.
- Pavimentação asfáltica da rodovia SC-487 trecho Passagem da Barra/Barra do Camacho.

Prioridades da regional de Braço do Norte

- Recuperação e desassoreamento do Complexo Lagunar Deinfra.
- Construção do Hospital Regional de Imbituba.
- Apoio ao Sistema Viário Rural.

Audiência de 2007

- Devido à falta de representantes nenhuma ação foi escolhida.

ORÇAMENTO

Serra Catarinense define obras

Regionais de Lages, Curitiba e São Joaquim elegem prioridades; entre elas, a construção de Centro Administrativo

Denise Arruda Bortolon

Cerca de 80 pessoas foram até o Anfiteatro do Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV), em Lages, dia 12, apontar as prioridades para o Orçamento 2009. Os representantes das secretarias de Desenvolvimento Regional de Curitiba, Lages e São Joaquim elegeram obras de infra-estrutura como principal prioridade para a peça orçamentária de 2009. O trabalho conjunto entre Assembleia Legislativa e governo do Estado tem a finalidade de eleger três demandas que deverão ser incluídas no Orçamento de 2009.

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Jorginho Mello (PSDB), enfatizou que a Assembleia Legislativa está fazendo um trabalho democrático e pedagógico, onde todos aprendem. Conforme o parlamentar, muitas ações que estão no Orçamento e até o momento não foram executadas ainda podem acontecer, já que exercício 2008 não terminou. "Tenho cer-



Fotos Solon Soares

População da região serrana acompanha debate no Anfiteatro do Centro de Ciências Agroveterinárias, em Lages

teza que ninguém está perdendo tempo aqui. O Legislativo é o poder mais democrático e não podemos perder a oportunidade de ouvir as dificuldades de cada região", frisou.

O deputado tucano José Natal Pereira falou sobre a legalidade

do Orçamento Regionalizado, um dos dispositivos da Constituição Estadual, e salientou que o que for definido pela sociedade só será feito pelo Executivo se estiver dentro das possibilidades financeiras. "Estou à disposição de todos a partir deste momen-

to", continuou.

Segundo o deputado Ismael dos Santos (DEM), iniciativas parecidas com o Orçamento Regionalizado aconteceram no século 17 na França e dois séculos depois em um município japonês. "Espero que a reunião

seja efetiva e eficaz para que as futuras gerações possam ter um estado melhor", refletiu.

O líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, faz questão de participar das audiências justamente para conhecer as demandas do estado inteiro. "É dever de um deputado ouvir as demandas para que lá na Assembleia intercedam junto ao governo para a efetivação das prioridades", disse, lembrando que o pedido feito na audiência do ano passado para o tratamento de quimioterapia no município de Lages já foi realizado.

Para o deputado Professor Sérgio Grando, líder do PPS, se o governo não realizar as demandas ele não governa e o Executivo sabe a importância do Poder Legislativo e da participação da sociedade para um governo democrático. "O Executivo tem vontade de realizar todas as demandas, mas não há recursos. Entretanto já deu o primeiro passo adotando as regionais como base para o orçamento", salientou.



Deputados e secretários regionais participam das discussões

Deputado destaca importância de ouvir população

A importância de ouvir as demandas diretamente da população foi destacada pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB). "Precisamos conhecer o que pode ser feito na nossa região. É claro que seria mais fácil fazer a peça orçamentária entre quatro paredes. Entretanto, o índice de erro é muito maior. Discutindo com todos vamos saber o norte daquilo que possamos incluir no Orçamento", argumentou.

De acordo com o secretário Regional de Lages, Cristovam Araújo Cardoso, o orçamento já é uma realidade na medida em que

a população está sendo ouvida, possibilitando a aproximação entre o cidadão e o Legislativo. "As reuniões são uma atitude participativa e é isso que temos que fazer, participar dos debates que fomentarão o desenvolvimento da nossa região", emendou.

A secretária Regional de Curitiba, Elite Garcia Gaboard, ressaltou a participação das mulheres no processo. "Estamos conseguindo nosso espaço pela competência. Estamos vivendo um tempo de mudanças, uma era de parcerias e o Orçamento Regionalizado é

louvável, pois Legislativo e Executivo estão realizando este debate conjuntamente. É importante que isto aconteça nas bases e depois apresentado aqui, para que seja escolhido de forma democrática e inteligente", concluiu.

A secretária da Regional de Curitiba, Solange Pagan, destacou a realização das obras que constam do Orçamento. "Muitas prioridades que o povo já elencou estão caminhando. É um trabalho realizado perto do cidadão, no qual buscamos a qualidade de vida da nossa sociedade."

Confira

Prioridades da regional de Curitiba

- Construção de Centro de Eventos Multiuso no município de Curitiba.
- Apoio ao sistema viário urbano.
- Apoio a diferentes programas e projetos de inclusão social.

Audiência 2007

- Construção, ampliação e reforma de escolas do Ensino Fundamental.
- Apoio ao sistema viário municipal.
- Construção da Unidade Secretaria de Segurança Pública.

Prioridades da regional de Lages

- Readequação das instalações e equipamentos para alunos da educação básica portadores de deficiência.
- Investimento e aquisição de máquinas para recuperação de estradas municipais e estaduais.
- Manutenção de convênio para adequação da atenção na média e alta complexidade hospitalar.

Audiência 2007

- Transporte Escolar – redimensionar abrangendo os ensinos fundamental, médio e superior.
- Construção de ginásio e quadras cobertas nas escolas do ensino fundamental e médio.
- Prover o Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos, em Lages, de equipamentos de quimioterapia e

- radioterapia para o tratamento de pacientes da oncologia.
- Centro de Atendimento.

Prioridades da regional de São Joaquim

- Armazenagem no meio rural.
- Reabilitação e supervisão no trecho Rio Lavatudo.
- Centro Administrativo Regional.

Audiência 2007

- Ações complementares de apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro.
- Construção de unidades de moradias isoladas e ou condomínios.
- Implantação de rede coletora, tratamento e destino final.



O BRASIL
EM DEBATE
NA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

O valor das idéias está na fonte. Não na reprodução. Poder é saber.

Ir até a fonte, sem ruídos, nem versões. O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa traz Gabriel O Pensador, com o tema “Comunicação, poesia e música”. Dia 26, às 19h, no auditório da Assembléia. Transmissão ao vivo pela rádio ALESC Digital e pela TVAL.

Assista e tire suas próprias conclusões.

Apoio

Realização

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA